

Ontrac

Nº 35 janeiro de 2007

Boletim do Centro Internacional de Pesquisa e Treinamento de ONGs

CONTEÚDO

**Ponto de vista: A 'Guerra contra o Terror' e apropriação do desenvolvimento
ONGs com base no Reino Unido: Estigma e rotulação em Interpal**

A 'Guerra contra o Terror' e as suspeitas mútuas

**Minando os protestos legítimos: O poder corporativo versus os direitos das
comunidades indígenas**

Medidas contra-terroristas para ONGs: a carta da lei

Publicações INTRAC

Treinamento no INTRAC

Pessoas do INTRAC

Nesta edição:

Kasturi Sen faz uma abordagem de como a 'Guerra contra o Terror' ameaça em levar o desenvolvimento internacional dentro da corrente de agendas geopolíticas; funcionários da ONG Interpal, com sede em Londres, descrevem as conseqüências da terem sido designados como 'organização terrorista'. Najma Sadeque conta sua experiência de trabalhar como uma ativista numa organização sob regime militar; Martin Scurrah escreve sobre como a mídia peruana, o lobby das mineradoras e as autoridades têm chamado de 'terroristas' a organizações indígenas na disputa sobre direitos da terra e Joseph McMahon analisa as conseqüências da legislação contra-terrorista para ONGs Internacionais.

Ponto de vista

A Guerra contra o terror e a apropriação do desenvolvimento

A Guerra é boa para os negócios, particularmente a guerra contra o terror deslanchada no mundo após os ataques nos Estados Unidos em 2001. Os ataques indiscriminados contra civis que têm acontecido tem contribuído para o presente clima de tensão em todo o mundo, com riscos cada vez maiores de violência crescendo dia a dia. A profecia que se cumpre por si mesma tem resultado em que a maioria dos países da família das nações Unidas (particularmente os Estados Unidos) tem formulado medidas contra o terror, incluindo pacotes de segurança para a cooperação, que têm conseqüências muito amplas, e ameaçam debilitar a própria idéia e a prática da cooperação tal como hoje a conhecemos.

Cooperação para o Desenvolvimento de Ultramar

Ao tempo em que mais de um bilhão de pessoas continua a viver com menos de um dólar por dia, um dos maiores impactos da guerra contra o terror tem sido o de mudar atitudes em relação à cooperação para o desenvolvimento de ultramar. Em 2004, por exemplo, o relatório a "Realidade da Cooperação" argumentava que a cooperação deveria ser tratada como dinheiro retido numa fiduciária para pessoas vivendo na pobreza. Mas também revelaram que os recursos da cooperação estavam sendo cada vez mais desviados para apoiar a segurança dos interesses dos doadores mais importantes em países descritos como "frágeis" ou aqueles que

já tinham entrado em conflitos. O mandato da cooperação para o desenvolvimento em muitos países tem sido mudado para incluir a segurança de seus interesses, mais explicitamente os dos Estados Unidos. Desde a declaração da guerra contra o terror, a cooperação para o desenvolvimento parece ter sido deixada de lado em favor da agressiva intervenção militar no Afeganistão, no Iraque e nos países vizinhos (The Reality of Aid Management Committee, 2006). As organizações da sociedade civil (OSC) têm argumentado contra esta posição afirmando que a cooperação para o desenvolvimento não pode e não deve ser utilizada para propósitos militares.

O direito ao protesto

A guerra contra o terror em seu discurso atual não é mais apenas uma guerra sobre ideologia ou entre civilizações. A análise detalhada deste processo em curso revela um complexo tecido de relações que cada vez invade mais os direitos dos cidadãos e das ONGs que estão na linha de frente das ações de desenvolvimento. Ao tempo em que os Estados Unidos têm jogado um papel muito claro de liderança neste contexto ('você está conosco ou contra nós'), muito mais preocupante talvez seja o que está acontecendo sub-repticiamente em outras regiões tais como a União Européia (incluindo o Reino Unido - RU) e organizações multilaterais como as Nações Unidas. Nestas organizações fazedoras de políticas, as decisões sobre amalgamar cooperação e segurança são, com frequência, encobertas tornando muito mais difícil para as OSC poder enfrentar ou questionar esta apropriação da agenda para o desenvolvimento.

Muitos governos também parecem usar a Guerra contra o terror como uma luz verde para reprimir e usurpar os meios de vida dos pobres e marginalizados. A perda da terra e meios de vida, junto com o aumento das desigualdades, são características marcadas das relações sociais que vêm aumentando os riscos de maior violência em algumas regiões.

Medidas anti-terroristas e organizações da sociedade civil

Um pequeno número de ONGs tem sido acusadas de repassar recursos para organizações proscritas. Como resultado, muitos países têm declarado como ilegal apoiar organizações da 'lista negra', isto dentro de um conjunto mais amplo de medidas, práticas e leis anti-terroristas. Mas há muita pouca clareza do por que uma determinada organização figura numa lista, quem detém esta lista, às ordens de quem e qual é o critério utilizado para decidir se uma atividade em particular é hostil aos interesses nacionais.

Há uma preocupação crescente de que a agenda anti-terrorista internacional tenha minado a cooperação internacional entre OSC. Isto acontece através de severas restrições ao movimento de dinheiro entre organizações parceiras e através do monitoramento das atividades de numerosas organizações, em particular daquelas envolvidas em campanhas e processos de empoderamento.

Este clima afeta as OSC de três formas: por tornar os requerimentos de relatórios financeiros mais complexos, por dissuadir as ONGs do Norte de assumir riscos quando escolhem parceiros, e por dar ferramentas a muitos países (autoritários ou similares) que podem ser utilizadas para reprimir atividades de protesto ou da sociedade civil. A agenda de harmonização da cooperação que busca fortalecer a

mão dos governos (e do executivo em particular) é muito preocupante para os processos de desenvolvimento neste contexto de guerra contra o terror, porque abrem a porta para o abuso de poder com o apoio de substantivos recursos. Muitas destas preocupações são abordadas nesta edição de *Ontrac*, colocando-as para o debate público que, nestes tempos de cooperação orientada para a segurança, está faltando.

Uma mal definida mas poderosa ferramenta governamental

Para muitas ONGs trabalhando com a sociedade civil em nível local há o risco de violar medidas anti-terroristas de forma não-intencional. A definição de terrorismo permanece vaga, e o processo que lida com os suspeitos da 'Guerra contra o Terror' pode permanecer em segredo por razões de segurança. Alguns exemplos incluem ordens de prisão no RU e o tratamento dos detentos na Bahia de Guantanamo. Mais ainda, há exemplos de organizações que foram proscritas e subsequentemente investigadas pela Comissão de Caridade e foram inocentadas, contudo, ainda continuam proscritas pelos Estados Unidos e estigmatizadas pelo governo inglês, afetando seriamente sua capacidade de arrecadar fundos para funcionar. É o caso da INTERPAL, cuja experiência de ser perseguida e de sofrer retaliação é relatada nesta edição, é um dos muitos exemplos.

Algumas organizações em alguns países consideram que as Medidas Anti-terroristas (MAT) são ferramentas de repressão aprovadas pelo estado e que têm sido usadas internacionalmente. Muitos regimes antidemocráticos têm usado a cobertura das MATs e prioridades de segurança brutalmente contra ativistas e aqueles que protestam. Isso pode acontecer através da interrupção de transferência bancária de colaboradores estrangeiros e, em alguns casos, detenção e perseguição de ativistas que apóiam os direitos dos pobres. Isto parece ser cada vez mais o caso dos movimentos sociais, seja no Peru, no Paquistão ou na Índia, os quais estão atualmente sendo reprimidos em favor do investimento multinacional e do 'crescimento a qualquer custo'. É crucial e importante para CSO e NGOS colaborar para além da fronteira nacional para saber como lidar com esta repressão e erosão dos direitos civis. Nos também precisamos ser capazes de separar a retórica da realidade do financiamento do desenvolvimento. O INTRAC está atualmente engajado neste processo através da realização de seminários em todo o mundo.

Referências úteis

The Reality of Aid Management Committee (2006) *The Reality of Aid 2006: Focus on Conflict, Security and Development*. London: Zed Books.

Fowler, A. (2005) OPS 45: 'Aid Architecture: Reflections on NGO Futures and the Emergence of Counter-Terrorism', Oxford: INTRAC.

Kasturi Sen, *Director of Research, INTRAC*
Email: ksen@intrac.org

ONGs com base no Reino Unido: Estigma e rotulação da Interpal

Interpal, é uma organização britânica de cooperação para Palestina, que se deparou sendo alvo de medidas anti-terroristas quando foi designada como “terrorista global” pelas autoridades dos Estados Unidos. A situação da Interpal mostra o pouco espaço de manobra que há para qualquer organização da sociedade civil que tenha a pouca sorte de cair na lista negra dos grandes poderes.

O caso da organização britânica de cooperação Interpal, que foi listada como “Terrorista Global Especialmente Designada” pelos Estados Unidos em 2003, ilustra como a arbitrária propaganda política dos dias de hoje pode dificultar o trabalho de qualquer organização legítima da sociedade civil (OSC).

Interpal é uma organização britânica de caridade que canaliza ajuda humanitária a organizações parceiras que buscam aliviar as difíceis condições de pobreza dos palestinos. Em agosto de 2003, Interpal foi declarada pelos Estados Unidos como organização “Designada Especialmente como Terrorista Global” (sigla em inglês - SDGT) alegando que alguns dos seus parceiros estavam apoiando o Hamas, uma organização terrorista proscribida pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido. A designação foi feita a pesar de que prévias alegações similares já tinham sido feitas e investigadas em profundidade em anos anteriores pelo ‘ombudsman’ das organizações britânicas de caridade, a Comissão de Caridade. As autoridades norte americanas não entraram em contato em nenhum momento com Interpal nem examinaram as evidências nem os procedimentos ou registros da organização. Em suma, Interpal não teve direito de defesa.

Logo depois da designação da Interpal como organização terrorista – SDGT - a comissão de caridade britânica congelou as contas bancárias da Interpal, realizou uma outra investigação e convidou o governo norte americano a fornecer evidência. Apesar de terem tido uma prorrogação no prazo para fazê-lo, nenhuma evidência digna de crédito foi produzida para apoiar a acusação de conexões terroristas (BOND, 2006). Contudo, Interpal continua na lista norte americana de “entidades designadas”, o que parece ter levado outros países (Canadá e Austrália) a fazerem ‘designações’ similares.

Uma nuvem de suspeita

No momento Interpal foi inocentada pela Comissão de Caridade e continua a trabalhar com organizações registradas e oficialmente reconhecidas atendendo as necessidades dos pobres. Contudo, a experiência tem sido difícil. O recentemente apontado gerente geral da Interpal, Dr. Karim Bensiali descreve o efeito de terem sido “listados”. ‘Isso tem criado uma desnecessária nuvem de suspeita e de dúvidas. Isso produziu uma verdadeira alteração nas nossas atividades e tem nos levado a mudar o foco de apoio aos pobres para repelir as alegações, em detrimento dos mais necessitados’.

A ameaça da designação – com obscuros motivos – de SDGT tem sérias conseqüências para as ONGs que trabalham em zonas de guerra politicamente sensíveis. ONGs que apóiam os marginalizados durante um conflito têm que trabalhar duro não apenas para justificar a natureza humanitária do seu trabalho, mas a manter sua neutralidade no conflito.

Esses rótulos têm criado obstáculos reais tais como a diminuição das doações, particularmente dos EEUU. Há também indicações que potenciais doadores têm

preocupações em relação a apoiar organizações de caridade, particularmente muçulmanas, devido à possibilidade de que possam ser vistas como apoio a atividades 'terroristas'.

Falta de mecanismo de apelação

O aspecto mais assustador para as OSCs no caso Interpal é a ausência de um mecanismo de apelação as autoridades norte-americanas. O governo britânico tem publicado um procedimento de apelações para organizações proscritas (UK Home Office, 2006). Mas os órgãos responsáveis por organizações proscritas nos Estados Unidos – Divisão de Controle de bens Estrangeiros (cuja sigla em inglês é OFAC) usa "evidência classificada" como base para suas decisões, e seu procedimento para classificar as organizações permanecem pouco claras e também não oferecem métodos claros de como se pode ser retirado desta lista. Não existe tempo limite para a designação, como também para processos de apelação. De acordo com a Organização Britânica de ONGs de Desenvolvimento (sigla em inglês BOND), 'com o que parece uma falta de transparência de procedimentos, esta designação poderia ter acontecido com qualquer organização no Reino Unido em qualquer momento. A BOND tem abraçado a causa de Interpal e tratou do assunto com a Baronesa Symonds, ministra de estado com responsabilidade em contra-terrorismo e no Oriente Médio. Contudo, isto teve poucos resultados concretos para além de ter mostrado às autoridades a indignação da sociedade civil sobre este fato crucial.

Ironicamente, Hamas foi eleito como autoridade palestina. O Dr. Bensiali assinala que a mudança de governo não afeta o trabalho de Interpal. 'Como outras ONGs, Interpal enviou ajuda humanitária aos Territórios Ocupados da Palestina quando Fatah estava no poder, continuaremos fazendo o mesmo ainda que seja Hamas que esteja no poder, e continuaremos a fazê-lo sem importar quem esteja no poder, Deus querendo'.

O conselho que o Dr. Bensiali dá a outras organizações britânicas é o de que o caso da Interpal é uma chamada de atenção que nos deve levar a resistir à politização do trabalho humanitário, e que devemos continuar a garantir elevados níveis de transparência e prestação de contas. Ao tempo que fazendo esses esforços para observar esses níveis, a sociedade civil deve trabalhar junto para pressionar para uma revisão do processo de classificação para torná-lo mais claro, transparente, justo e objetivo.

O caso da Interpal mostra que as leis britânicas para as organizações de caridade não pode proteger as OSC britânicas contra o tratamento arbitrário e não-transparente por parte de outros governos. Na medida em que o presente clima político de caça de bruxas persista, as OSC necessitam legitimar o engajamento cívico e andar juntas para tornar público os riscos que apresentam as potentes e insidiosas medidas anti-terroristas.

Referências

BOND (2006) <http://www.bond.org.uk/sector/gsd/interpal.htm>,

UK Home Office (2006) http://www.opsi.gov.uk/si/si2006/uksi_20062299_en.pdf

http://www.intelligence.org.il/eng/sib/12_04/interpal.htm

<http://www.interpal.org/>

Linda Lönnqvist, *Researcher, INTRAC*

Email: lloqvist@intrac.org

I. Hewitt and J. Qundil, *Interpal*

A 'Guerra contra o Terror' e as suspeitas mutuas

Najma Sadeque, diretora do The Green Economics and Globalization Initiative relata sobre a vinculação entre desenvolvimento e segurança no Paquistão, a linha de frente da 'guerra contra o terror'.

O posicionamento do governo em relação às ONGs trabalhando na parte norte de Paquistão tem se endurecido desde 11/9, supostamente em apoio a guerra contra o terror. Mas a relação entre ONGs e governos de qualquer linha no Paquistão não tem sido cordial por mais de uma década – desde que o governo nominalmente 'democrático' tentou passar uma lei para as ONGs, que foi fortemente resistida pois buscava que todos os fundos de doadores externos das ONGs passassem pelo governo. Esse controle, contudo, tinha mais a ver com lutas internas de poder do que com qualquer 'agenda externa'.

Devido a uma longa campanha de esclarecimento público das ONGs, dos protestos do movimento camponês e sindical, e uso da internet, o público paquistanês nunca teve nenhuma ilusão sobre a natureza básica da luta 'guerra contra o terror'. Logo após que o Paquistão somou-se à 'guerra contra o terror', o rumor, de que o presidente Musharraf fora ameaçado de que o Paquistão seria bombardeado até voltar à idade da pedra se não cooperasse, foi amplamente difundido e debatido em reuniões de ONGs. Não é claro se este segredo foi deliberadamente disseminado para obter a simpatia do público por **ter-se subscrito a uma** dúbia causa. Neste sentido, a 'guerra contra o terror' é vista como mais uma oportunidade do presidente para consolidar seu poder.

Em anos recentes tem-se visto uma quantidade crescente de terras urbanas e agrícolas passarem a mãos do governo, resultando, por exemplo, na brutal repressão do protesto do movimento camponês do Punjab. A forma como o terremoto de dezembro de 2005 foi manejado também deixou também claro o fato de que o governo militar do Paquistão não tem intenções de relegar o poder, nem os ganhos econômicos que dele consegue.

A ajuda humanitária para o terremoto de 2005

O terremoto mostrou que as áreas do norte do país são muito pouco desenvolvidas. Os programas de desenvolvimento nesta região têm servido principalmente para propósitos militares, e que qualquer melhora nos níveis de vida foram feitas pelas próprias pessoas do lugar. A raiva foi maior ainda quando a cooperação internacional veio a ser tão pouca, particularmente por parte do governo dos Estados Unidos, que tão ostentadamente estava engajado com a ajuda ao Paquistão na guerra 'contra o terror'.

Embora algumas áreas foram melhor cobertas do que outras pelas operações de ajuda, muitas ONGs urbanas mostraram – através de uma variedade de relatórios - o limitado das operações de assistência, particularmente nas áreas consideradas 'sensíveis', o que foi considerado como uma cruel falta de vontade de quem preferiu arriscar as vidas das vítimas antes que abrir áreas isoladas para as operações de ajuda, assim como o de ocultar a realidade destas regiões da vista do público. Os relatórios também detalharam o envolvimento governamental com perdas de grande magnitude, desvios de recursos vindos da cooperação bem como a falta de transparência e de prestação de contas.

Controle reforçado sobre as ONGs

Nada disso tudo tem a ver com a chamada 'Guerra contra o terror', é mais um motivo usado para reforçar o controle sobre as atividades das ONGs. A prisão e detenção indefinida de pessoas sem que sejam feitas acusações é um procedimento comum e antigo, mas os paquistaneses simples vivem agora com o temor adicional de serem pegos como 'terroristas', por causa de recompensa dada a qualquer acusação feita ou como prova do compromisso do Paquistão na 'guerra contra o terror'.

O dano feito as relações entre o Paquistão e o Ocidente não será reparado facilmente por conta da clareza do público sobre a hipocrisia do governo, e pela revolta sobre a guerra contra o Iraque, o Afeganistão, o Líbano e a Palestina, além de Abu-Ghraib e Guantanamo

Entretanto, a repressão governamental de ativistas de ONGs continua. Há ONGs de mulheres que ao se auto-restringirem em atividades de educação e saúde não são ameaçadas, no entanto há outros grupos de ativistas que sofrem considerável pressão. Eles estão no fogo cruzado entre acusações, por parte de grupos extremistas, de terem sido cooptados e ocidentalizados e por outro lado um governo duro o qual é abertamente criticado pelas suas leis anti-mulheres e pela sua falta de efetividade em relação a deficiências sociais.

Neste contexto turbulento, as ONGs têm assumido uma visão crítica, sobretudo sobre alguma melhoria mais recente no financiamento externo de ONGs, que é mais visto como criação de emprego para consultores dos países doadores. Algumas ONGs consideram uma traição aceitar fundos daqueles que vêem o país recipiente como uma entidade terrorista.

Apesar de não ser muito freqüente em outros países, os funcionários de ONGs e jornalistas no Paquistão também 'desaparecem'. A 'guerra contra o terror' pode estar muito desacreditada, mas não tem, de maneira nenhuma, debilitado o poder do governo militar. Pelo contrario, tem sido usado de forma unilateral para empurrar políticas de privatização de serviços públicos e de empresas estatais. Isso tem provocado um crescente descontentamento e forjado alianças entre ONGs e sindicatos de maneira não vista antes. Neste conflito entre poder estatal e meio de vida das pessoas, juntamente com a guerra contra o terror, espera-se que fique ainda pior e certamente fará o trabalho das ONGs ainda mais difícil do que já o é.

Najma Sadeque, Directora do The Green Economics and Globalization Initiative, um projeto de Shirkat Gah, uma ONG de mulheres de pesquisa e campanha.

Minando os protestos legítimos: O poder corporativo versus os direitos das comunidades indígenas

Martin Scurrah colega em visita a INTRAC, relata sobre o uso do 'terrorismo' por parte do governo peruano como meio de silenciar protestos legítimos na contra maré do crescente poder corporativo

Em 2005, um programa semanal de notícias em Lima anunciou uma rede de terror no Peru. O programa começou com o Presidente Toledo se referindo as organizações que estavam promovendo violência e que se opunham ao desenvolvimento do país. Havia também obscuras referências ao Afeganistão. Contudo, o ponto alto da matéria foi uma teia de aranha, completada com uma aranha muito ameaçadora, vinculando fotografias de um Bispo da Igreja Católica, um funcionário da Oxfam, o presidente da Confederação Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração (CONAVAMI) e vários prefeitos de cidades que são críticos ao projeto de mineração proposto por uma empresa britânica.

Alguns meses antes disso, o Diretor regional da Oxfam América havia falado em um ato de celebração em honra as vítimas da violência política no país, e tinha participado em um congresso da indústria da mineração sobre responsabilidade social corporativa. Após isso, ele, mais o representante da Oxfam Grã Bretanha foram chamados a ter um encontro com o diretor da agência de cooperação para o desenvolvimento internacional do governo (APCI) e foram informados de que o presidente tinha pedido que os escritórios de Oxfam no Peru fossem fechados. Felizmente, o diretor da APCI não achou nenhuma base legal para fazê-lo. Mas ele sugeriu que ambas as organizações solicitassem voluntariamente a APCI que investigasse as atividades da Oxfam para mostrar que elas não estavam, de fato, promovendo violência terrorista.

As pessoas versus os interesses corporativos

Qual foi a origem destes improváveis, senão, estranhas acusações: Alguns anos antes, uma companhia de mineração canadense, com apoio do governo peruano, tinha sugerido que a economia do povoado de Tambogrande se baseasse na mineração. O povoado organizou um referendun onde a população votou absolutamente (94%) em favor de desenvolver a economia com base na agricultura. Isto produziu um terremoto na indústria da mineração no Peru, e também internacionalmente. A Oxfam tinha publicado um documento nessa manhã do referendun com a manchete 'Referendun em Tambogrande. Porque Oxfam o apóia'. Talvez por conta disto, a indústria da mineração e o governo começaram uma campanha de quatro anos na mídia rotulando a Oxfam como financiador de violência e retratando as comunidades locais que defendem seus direitos em relação a indústria da mineração, como perpetradores de violência no interior.

A indústria da mineração e o uso do 'terrorismo'

O programa da Oxfam América focaliza seu apoio a comunidades indígenas. Em 2004, um relatório do governo americano sobre as ameaças futuras à segurança peruana tinha identificado o trafico de drogas e as organizações indígenas como as ameaças mais prováveis. Por isso, quando aconteceu a rápida expansão das atividades de mineração dentro das terras de comunidades indígenas nos Andes peruanos, e houve resistência, foi conveniente para o governo peruano e para a indústria da mineração jogar a carta da 'violência terrorista' para tentar calar as vozes da oposição. Em uma reunião entre representantes da Oxfam e o assessor

principal do ministro do interior, organizado para que a Oxfam explicasse sua posição sobre a violência, o assessor reconheceu que compreendia a posição da Oxfam e que o ministério também tinha relações com muitos de importantes parceiros de Oxfam. Contudo, segundo o assessor, a indústria da mineração estava mais interessada em defender-se de CONACAMI do que dos remanescentes da organização terrorista Sendero Luminoso (que era a preocupação do ministério). CONACAMI é considerada pelo ministro como o legítimo representante das comunidades indígenas afetadas pela indústria da mineração

Direitos da indústria em detrimento dos direitos da sociedade civil

No final de 2006, o congresso nacional, a pedido da APCI, aprovou uma legislação para aumentar o controle governamental sobre as ONGs nacionais, incluindo aquelas que recebem fundos privados e não governamentais. A lei requer que as organizações se registrem com o governo, e dá a agência governamental o poder de fecha-las se as atividades não estão em linha com as prioridades de desenvolvimento definidas pelo governo peruano. O principal argumento apresentado em favor dessas medidas foi que era necessário prevenir que as ONGs financiassem terrorismo ou tráfico de drogas, embora não houvesse nenhuma evidência nesse sentido. Ao mesmo tempo, o congresso votou contra um imposto sobre ganhos excessivos das mineradoras e em favor de uma contribuição voluntária da indústria para a redução da pobreza.

Por tanto, no caso do Peru, que experimentou conflitos políticos internos e violência nos anos 80 e início dos 90, preocupações nacionais e internacionais sobre terrorismo têm sido manipuladas por interesses obscuros, os que tem sido criticado pelas comunidades locais e por ONGs aliadas, nacionais e internacionais. O cínico uso da ameaça terrorista e o desenvolvimento alinhado as prioridades governamentais podem ser usados como justificativa para medidas cujas reais intenções são minar o protesto legítimo, asfixiar o dissenso e limitar a defesa de legítimos direitos humanos.

Dr. Martin Scurrah, consultor independente e pesquisador, ESRC NGPA colega visitante do INTRAC
Email: mascurrah@gmail.com

Medidas contra-terroristas para ONGs: a carta da lei

Joseph McMahon do Inter-Mediation¹ explica as novas leis que serão aplicadas para a sociedade civil nos Estados Unidos e suas conseqüências para os espaço cívico.

O surgimento de medidas anti-terroristas (MAT sigla em inglês) durante 2006 tiveram muitos efeitos para ONGs trabalhando em desenvolvimento internacional². Primeiramente, as MAT podem sinalizar o aprofundamento da erosão da confiança entre governos e ONGs. Em segundo lugar, a onipresença de violência aleatória e a crescente desconfiança entre ONGs e governos sugere que as MAT e a regulação de ONGs será um elemento duradouro para as ONGs internacionais. Contudo, vale a pena ter presente que as MAT são apenas um dos fatores que afetam as decisões de financiamento das ONGs. As MAT em si afetam as ONGs internacionais – mas é muito difícil mensurar seu impacto de forma acurada. Devido a sua natureza, e de os dados permanecem como anedotas.

Alguns observadores têm argumentado que as inconsistências dentro das MAT, e a grande magnitude das suas limitações e demandas, fazem impossível sua implementação³.

O contexto das MAT nos Estados Unidos

As ONGs têm solicitado ao Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, a agência chave no que diz respeito ao controle das MAT sobre as ONGs internacionais, para anular os 'Procedimentos Voluntários do Tesouro', que é o ponto focal para as ONGs internacionais e as MAT⁴. O Departamento do Tesouro negou-se e, ao contrario, relançou os Procedimentos⁵ pela terceira vez sem nenhuma mudança substancial, e sem sequer uma resposta as ONGs.

As ONGs internacionais nos Estados Unidos têm varias queixas em relação aos procedimentos:

- **São eles realmente voluntários?** Os Procedimentos são apresentados como 'voluntários' mas sua observância é obrigatória. Este status 'voluntário' significa que a observâncias dos Procedimentos ainda não garante proteção legal – e as ONGs internacionais estão sujeitas a sanções apesar da observância do Procedimentos.
- **As ONGs internacionais como 'agentes' do governo.** Ao criar a necessidade de investigação e relatórios, os Procedimentos tendem a converter as ONGs como 'agentes' do governo norte americano, minando a confiança com suas parceiras no Sul.

¹ Inter-Mediation é uma ONG que trabalha para melhorar as parcerias no desenvolvimento internacional através de consultoria, capacitações e programas de assistência. Ver <<http://www.inter-mediation.org>>

² Este documento tem como base uma pesquisa e entrevistas com consultores e representantes de varias ONGs. Cuidado foi tomado para selecionar os entrevistados, mas muitos testemunhos foram recolhidos com o entendimento de que os comentários não seriam vinculados á fonte.

³ Uma ampla revisão da legislação internacional sobre MAT pode ser encontrada em *The What, Where and When of Anti-Terrorism Legislation*. Este artigo está disponível em <<http://www.carters.ca/pub/article/charity/2006/tsc0511.pdf>>

⁴ Isto inclui, entre outros, o Ato Patriota dos EEUU, a ordem excessiva 13224 e outras regulações sobre imposto de rendas, (the Internal Revenue Service) que é a agência dos EEUU que regula a situação dos impostos das ONGs Norte-americanas.

⁵ OMB Watch comenta que: 'Em um anexo na última versão, o Tesouro da uma pouco convincente explanação sobre sua percepção de que o 'abuso pelos terroristas das organizações de caridade é um grande problema.' <<http://www.ombwatch.org/article/articleview/3612/1/407?TopicID=2>>

- **O peso nas ONGs.** Os Procedimentos requerem que as ONGs colem informações adicionais, colocando maior demandas nos recursos disponíveis.
- **Intenção é irrelevante.** A boa intenção das ONGs não evita sanções, e o governo dos Estados Unidos pode (sem notificação) congelar os bens das ONGs por violar uma das MATs, mesmo se a violação foi feita sem conhecimento.

A comunidade de ONGs tem desenvolvido um conjunto alternativo de princípios para guiar as ONGs norte-americanas no seus financiamentos internacionais⁶.

O risco de violação de uma MAT nos Estados Unidos vem junto com um crescente escrutínio por parte do governo sobre as ONGs, os seus funcionários e os membros do Conselho⁷. Questões não muito esclarecidas podem levar à vigilância e à infiltração nas ONGs e a entrada na base de dados do governo sobre atividades da sociedade civil⁸. As evidências sugerem que a mobilização 'Parem a guerra (no Iraque)' em Ohio tem sido nomeada como 'atividade potencialmente terrorista' pelo governo⁹. Um grupo pacifista *Quaker*, após saberem que suas atividades estavam dentro de uma base de dados do governo, sentiram que esse monitoramento governamental das suas atividades era muito ameaçador¹⁰. Há também relatórios de MATs que têm provocado o bloqueio de fundos de organizações muçulmanas de caridade nos Estados Unidos e no Canadá¹¹.

Defesa para o desenvolvimento?

O governo norte-americano está fazendo esforços para integrar defesa, diplomacia e desenvolvimento em uma política chamada '3D'¹². Existe um documento chave sobre isso do Departamento de Defesa dos Estados Unidos sob o número 3000.05 de 2005. Resumidamente, este documento afirma que 'operações de estabilização'¹³ são um elemento central da missão militar Norte-americana¹⁴. Ao preencher este novo requerimento, o exercito Norte-americano é chamado a fazer alianças com as ONGs.

Por causa desta diretiva¹⁵, as ONGs norte-americanas têm sido contatadas pelo Exército para a realização de atividades conjuntas de estabilização do desenvolvimento. Algumas entrevistas sugerem que, enquanto algumas ONGs não querem participar, outras estão muito interessadas em trabalhar junto com governo em programas militarmente liderados.

⁶ InterAction (2004) *Handbook on Counter-terrorism Measures, What U.S. Nonprofits and Grantmakers Need to Know*. Hartford, CT: Day, Berry & Howard Foundation.

⁷ Veja, por exemplo, *Nonprofits, Sarbanes-Oxley, and the States*: <<http://www.guidestar.org/DisplayArticle.do?articleId=779>>

⁸ See <<http://www.ombwatch.org/article/articleview/3237/1/411>>

⁹ Lichtblau, E., 'Documents Reveal Scope of US Database on Antiwar Protests', *New York Times* (13 October 2006).

¹⁰ Id.

¹¹ MacFarquhar, N., 'Fears of Inquiry Dampen Giving by US Muslims', *New York Times* (30 October 2006).

¹² Em relação a '3D', veja *Defense, Development and Diplomacy (3D): Canadian and US Military Perspectives*, US Army War College at:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/Pubs/display.cfm?pubID=732>>

¹³ Amplamente definido para inclui atividades civis e militares dentro do leque entre paz e conflito, mantendo a ordem nos Estados e nas regiões'. Veja a diretiva 3000.05 ('Directive') at §3.

¹⁴ Directive at §4.1.

¹⁵ Directive at §4.4 and 4.5.

As MATs estão de alguma forma conectadas com tendências mais amplas na cooperação internacional. Hoje predomina na cooperação Norte-americana a agenda de 'promover democracia' o que significa menos recursos para, por exemplo, combater doenças infantis ou a mortalidade materna.

O desenvolvimento das MATs nos Estados Unidos

Um tema que preocupa as ONGIs e aos reguladores do governo são similares àqueles expressados nos Estados Unidos, Canadá e no Reino Unido (RU). No RU a nova lei anti-terrorista foi aprovada em 20 de março de 2006. A resposta do RU ao ataque terrorista inclui esforços para dificultar a capacidade dos 'terroristas' de arrecadar recursos, mover e usar fundos através de, entre outras formas, a manipulação de organizações de caridade¹⁶.

Observadores na União Européia percebem que as MAT não têm afetado dramaticamente os programas das ONGIs – outras que não as muçulmanas. Mas há preocupação sobre a sugestão feita pela União Européia – no rascunho das recomendações¹⁷, de que afiliação política ou religiosa seja um fator de risco para as atividades das ONGIs. Algumas ONGs queixam-se que tal identificação não é consistente como artigo 13 do Tratado que estabelece a União Européia e que procura combater discriminação com base, entre outras coisas, religião ou crença.

Sugestões para melhorar as MATs

Um observador chave das MATs na União Européia sugere varias possibilidades para aliviar a desconfiança gerada entre agências do governo e ONGIs, incluindo

- 1. Reconhecer e utilizar Códigos de Conduta voluntários das ONGs.** Os códigos voluntários das ONGIs têm existido por muitos anos e continuam a ser a melhor forma de assegurar o uso apropriado dos fundos das organizações de caridade.
- 2. Considerar o contexto histórico e a situação da ONG local** em relação às MATs.
- 3. Confiar no compromisso com a transparência** por parte das ONGIs. As agências de governo poderiam apoiar isto publicando eletronicamente os relatórios das ONGIs.
- 4. Assegurar proporcionalidade ao rever o risco terrorista das ONGI.** Antes do que assumir o risco, os reguladores deveriam realizar uma avaliação de risco para determinar o nível de regulação necessário para prevenir o desvio de recursos para o terrorismo.
- 5. As agências de governo devem reconhecer o caráter único das ONGIs.** Práticas de trabalho flexíveis permite as ONGIs alcançar seus objetivos humanitários com um custo mínimo.

Conclusão

¹⁶ HM Government, *Countering International Terrorism: The United Kingdom's Strategy*, July 2006 p 20.

¹⁷ Rascunho das recomendações aos Estados membros em relação ao Código de Conduta para organizações sem fins lucrativos para promover a transparência e as boas praticas na prestação de contas. Veja European Commission Directorate-General Justice Freedom and Security site at: http://ec.europa.eu/justice_home/news/consulting_public/code_conduct_npo/draft_recommendations_en.pdf

Há sérias e amplas preocupações sobre os efeitos das MATs nas ONGIs. Elas são:

- Uma resposta governamental anti-terrorista desproporcionada a um risco muito limitado por parte das ONGIs¹⁸. Mais ainda, algumas ONGIs temem que as MATs possam ser utilizadas como uma desculpa para limitar à sociedade civil e o discurso público.
- O clima de medo é usado como justificativa para respostas indiscriminadas, enquanto que as raízes do terrorismo não são tocadas.
- MATs nacionais ou supranacionais são promulgadas sem nenhuma resposta significativa em relação as preocupações das ONGIs.
- As preocupações expressamente manifestadas por parte das ONGIs sobre o efeito negativo das MATs nas liberdades civis, embora apenas feitas, provocam suspeitas governamentais.
- Os governos têm ignorado as propostas das ONGIs em relação aos códigos de conduta voluntários antes do que os compulsórios
- Dentro desta selva legislativa as ONGIs necessitam permanecer vigilantes e vocais para defender seus direitos e resistir as tentativas de restringir os espaços cívicos.

Joseph McMahon, Presidente de Inter-Mediation,

www.jpmmahon.com

www.inter-mediation.org

¹⁸ Para ver o FATF sobre o risco das ONGI em relação a terrorismo veja *Interpretative Note to Special Recommendation VIII: Non-Profit Organisations*, ¶¶ 1 and 2. <<http://www.fatf-gafi.org/dataoecd/16/6/36174688.pdf>> veja tambem o *9 Special Recommendations (SR) on Terrorist Financing (TF)* at: <http://www.fatf-gafi.org/document/9/0,2340,en_32250379_32236920_34032073_1_1_1_1,00.html>

Publicações INTRAC

NGOs and the State in the Twenty-First Century: Ghana and India
Fatima Alikhan, Peter Kyei, Emma Mawdsley et al., 208pp, £17.95

Como resultado da agenda de boa governança, muito dos recursos que os doadores davam para as ONGs agora são canalizados através dos governos, com muitas conseqüências não esperadas. Uma equipe internacional de acadêmicos traz sua grande experiência com ONGs para analisar criticamente o impacto desta mudança de políticas de financiamento na relação ONG-Estado. Na linha de frente deste importante debate, este livro é essencial para doadores, políticos, servidores públicos, ONGs, acadêmicos e todos aqueles envolvidos efetivamente em desenvolvimento.

Supporting the Capacity of Organisations at Community Level: An Exploration of Issues, Methods and Principles for Good Practice
Katie Wright-Revollado, OPS 48, £9.95

Este documento traz um grande leque de questões relacionadas as boas práticas para as organizações comunitárias de base, tais como entendendo o contexto local, planificação de estratégias para organizações comunitárias de base, melhorando capacidades internas, gerenciando relações com outros, e desenhando estratégias de saída de apoios as organizações comunitárias de base.

Os últimos informes Praxis

Coaching and Mentoring for Leadership Development in Civil Society
Mia Sorgenfrei e Rebecca Wrigley, Praxis Paper 14, £5.95

The Organisational Impacts of HIV/AIDS on CSOs in Africa: Regional Research Study: Uganda, Malawi, Tanzania
Rick James et al., Praxis Paper 13, £5.95

Learning from Capacity Building Practice: Adapting the 'Most Significant Change' (MSC) Approach to Evaluate Capacity Building Provision por CABUNGO in Malawi
Rebecca Wrigley, Praxis Paper 12, £5.95

Counting the Organisational Cost of HIV/AIDS to Civil Society Organisations: Pilot Research Study
Rick James with Brenda Katundu, Praxis Paper 11, £5.95

Por maiores informações sobre as publicações do INTRAC por favor visite nossa página web: www.intrac.org ou envie correio eletrônico para info@intrac.org para solicitar uma copia do nosso catalogo de publicações de 2007.

Treinamento no INTRAC

O programa de capacitação aberta do INTRAC para 2007 está agora disponível. Para maiores informações, por favor, visite nossa página web www.intrac.org ou solicite uma brochura pelo correio eletrônico training@intrac.org.

31 de Janeiro a 2 de fevereiro de 2007

Avaliando Empoderamento — Não-Residencial, Londres

Está referido a monitoramento e avaliação de processos de mudança social. O curso melhora sua habilidade de apoiar organizações na espinhosa área de empoderamento, considerando as necessidades em continua mudança dos diferentes interessados.

12–16 fevereiro de 2007

Desenvolvimento Organizacional – Residencial, Oxford

Provê aos participantes com o contexto, o marco de trabalho e as ferramentas para explorar a natureza das intervenções sobre desenvolvimento organizacional procurando construir capacidade próprias e das ONGs parceiras.

28 fevereiro a 2 de março de 2007

NOVO! Relações estratégicas, construção de alianças e redes – não residencial – Londres

Analisa as diferentes formas de trabalhar juntos para o desenvolvimento, tais como construção de redes, coalizões e parcerias sociais – processos que estão assumindo crescente importância no desenvolvimento social.

5–9 março de 2007

Monitoramento e avaliação participativa — Residencial, Oxford

Introduz aos participantes nas questões e nas abordagens para gerenciar processos de avaliação e monitoramento participativos

21–23 março 2007

Gerenciando pessoas — Não-Residencial, Londres.

Explora questões críticas de recursos humanos dentro de cultura e ambiente das ONGs

Para maiores informações e reservas contatar training@intrac.org ou +44 (0)1865 263040.

Pessoas do INTRAC

A próxima geração de funcionários do INTRAC tem nascido nos últimos meses. Gaby Romo e Lizi Bowerman deram a luz a meninas, e Mia Sorgenfrei, que trabalhava com Práxis, deu a luz a um garoto. Parabéns para as três! Estamos muito felizes de dar as boas vindas a Megan Davies que valentemente assumiu o papel de administradora de finanças, sob a responsabilidade de Lizi, antes do pensado porque o bebe Eilish decidiu chegar seis semanas antes.

Felicitações para Susie Prince, que foi promovida para Gerente de Projetos e passará a maior parte do tempo gerenciando grandes programas de fortalecimento de capacidades para fortalecer OSC do norte e do sul de Cyprus.

Hannah Warren saiu do INTRAC em dezembro e desejamos sorte em seu começo de PhD em 2007. Desejamos muito êxito e boa sorte a Hannah neste excitante desafio. Gaby Guzman e seu esposo retornaram para México antes do Natal tendo dado um grande apoio na organização da Conferência do 15º aniversário. Nova na equipe de administração é Kalsoom Rama a quem damos as boas vindas como Gerente de Escritório.

Louise Oakley e seu marido emigraram para Austrália no passado novembro e lhe desejamos o melhor nesta nova etapa. Também, com tristeza, nos despedimos de Jerry Adams no final do passado setembro. Jerry foi trabalhar com WaterAid, que é mais próximo de sua casa do que o INTRAC.

Escrito por Shelagh Windsor-Richards, Diretora de gerenciamento de Projetos, INTRAC

Email: swindsor-richards@intrac.org

Ontrac

Editoras: Kasturi Sen, Directora de Pesquisa, Linda Lönnqvist, Pesquisadora do INTRAC e Phil Dines, Gerente de Publicações do INTRAC

ONTRAC é um boletim informativo do INTRAC - Centro Internacional de Pesquisa e Treinamento de ONGs. Ele é publicado três vezes por ano. Seu conteúdo pode ser reproduzido e traduzido livremente desde que a fonte seja mencionada. O INTRAC agradece as seguintes organizações pelas suas contribuições à produção do ONTRAC: Concern Worldwide, Cordaid, DanChurchAid, MS Denmark, Novib, Save the Children Denmark, Save the Children Sweden, ICCO, Trocaire and World Vision UK.

Para fazer uma assinatura, por favor contatar INTRAC (info@intrac.org) indicando se deseja receber por correio eletrônico (em Inglês, Árabe, Chinês, Francês, Português, Russo ou Espanhol) ou pelo correio normal (em Inglês e Russo somente). Você também pode fazer a assinatura on line através de www.intrac.org/pages/bulletin.html

INTRAC Tel: +44 (0) 1865 201 851
PO Box 563 Fax: +44 (0) 1865 201 852
Oxford OX2 6RZ Email: info@intrac.org
Reino Unido Website: <http://www.intrac.org>

INTRAC é uma companhia limitada, registrada sob o No. 2663796, e uma organização sem fins lucrativos registrada sob o No. 1016676.